

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004439-66.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**  
 Requerente: **Maria Rosario dos Santos Souza**  
 Requerido: **Gmac Administração de Consorcios Ltda**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

**MARIA ROSARIO DOS SANTOS SOUZA** ajuizou **AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES** em face de **GMAC ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS LTDA**, todos devidamente qualificados.

Aduz a autora, em síntese, que em 25/05/2012 firmou com a empresa FIT – INTERMEDIações DE NEGÓCIO LTDA o consórcio do veículo descrito na inicial. Pagou 23 (vinte e três) prestações de um total de 72. Devido a problemas de saúde resolveu desistir do consórcio. Busca, então, o reembolso **imediato** das mensalidades pagas à empresa, no valor de R\$ 15.818,41.

A inicial veio instruída por documentos.

Devidamente citada, a empresa FIAT ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA, sustenta, em síntese, que: 1) a restituição de valores pagos por um consorciado desistente, por dispositivo citado, só poderá ocorrer no momento da contemplação da cota ou em até 30 dias do encerramento do grupo.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Não houve manifestação a título de réplica.

**É o relatório.**

**FUNDAMENTO E DECIDO**, no estado, por se tratar de questão exclusivamente de direito.

Em se tratando de desistência do consumidor em continuar no grupo de consórcio de produtos duráveis, após o pagamento de algumas parcelas, há na Lei 8.078/90 dispositivo específico regulamentando a necessidade da devolução das quantias já pagas. De fato, prescreve o artigo 52, parágrafo 2º que “nos contratos do sistema de consórcio de produtos duráveis, a compensação ou restituição das parcelas quitadas, na forma deste artigo, terá descontada, além da vantagem econômica auferida com a fruição, os prejuízos que o desistente ou inadimplente causar ao grupo”.

A matéria relativa ao prazo para restituição dos valores pagos por consorciado desistente foi objeto de decisão do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento sob o rito dos recursos repetitivos, nos termos do art. 543-C do Código de Processo Civil, assim ementado:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONSÓRCIO. DESISTÊNCIA. DEVOLUÇÃO DAS PARCELAS PAGAS PELO CONSORCIADO. PRAZO. TRINTA DIAS APÓS O ENCERRAMENTO DO GRUPO.

1. Para efeitos o art. 543-C do Código de Processo Civil: é devida a restituição de valores vertidos por consorciado desistente ao grupo de consórcio, mas **não de imediato, e sim até trinta dias a contar do**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**prazo previsto contratualmente para o encerramento do plano.**

2. Recurso especial conhecido e parcialmente provido (REsp n. 1.119.300 – RS, Rel. Min. Luís Felipe Salomão – Segunda Seção – j. 14.4/2010)

Para que possa a administradora verificar a existência de **prejuízos ao grupo** com a desistência, **mister que ele esteja encerrado**, porque, do contrário, não será possível realizar a compensação prevista na Lei.

Assim, ao contrário do afirmado pela autora, a cláusula atacada não é contrária ao que estabelece a lei protetora do consumo, mas em concordância com ela, porque tem a finalidade de proteger **os que permaneceram no grupo, que também são consumidores**.

Ademais, a devolução, se dará com o desconto das taxas de administração e adesão. Também é viável a retenção pela ré dos percentuais inerentes ao seguro de vida que só incidem sobre as contribuições pagas até a data da retirada; a partir de então a incidência é descabida.

Nesse sentido:

"CONSÓRCIO – Contrato – Bem móvel – Desistência  
- Pretensão de rescisão e devolução das quantias pagas antes do encerramento do grupo – Inadmissibilidade – Contrato de Consórcio firmado em 15 de junho de 2009, sob vigência da lei 11.795/2008 – Jurisprudência – Precedente – Correção monetária  
- Inteligência da Súmula 35 do STJ – Exigência do Seguro Prestamista – Admissibilidade – Não configuração da denominada "venda casada" – Liberdade de opção conforme cláusulas contratuais – Dano moral não configurado – Mero aborrecimento – Indenização indevida – Sentença mantida – Recurso não provido".



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ou seja: a autora tem direito a restituição mas deve aguardar para que o reembolso se concretize.

É o que fica decidido.

\*\*\*\*\*

Diante do exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** para **RESCINDIR o contrato firmado entre as partes**; a devolução do montante que a autora desembolsou se dará ao final do grupo consórcio, com o desconto das taxas de administração e adesão e a retenção dos percentuais inerentes a eventual seguro de vida que só incidem sobre as contribuições pagas até a data da retirada. Incide correção monetária a partir dos respectivos desembolsos. Sobre o total, incidirão, ainda, juros somente a partir de vencido o prazo para devolução.

Caso não seja possível na época oportuna a obtenção do valor devido por simples cálculo aritmético, fica aberta a possibilidade de a sentença ser liquidada.

Ante a sucumbência recíproca, as custas e despesas do processo serão rateadas na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma e cada qual arcará com os honorários de seus respectivos patronos.

**P.R.I.**

São Carlos, 08 de outubro de 2015.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**